

O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social

Marcelo Penna da Silva¹

¹ Pós-graduado em História do Brasil pela Universidade Candido Mendes, Pós-Graduado em Africanidades e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Norte do Paraná, Licenciado em História pela Universidade Norte do Paraná e Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pós graduando lato sensu em Geografia e Meio Ambiente, pela Universidade Candido Mendes. Professor da rede de ensino privado do Município de Petrópolis-RJ, Brasil.

E-mail: celo_penna2@hotmail.com  <http://lattes.cnpq.br/2352803257535592> 

RESUMO: O presente trabalho visa analisar os impactos urbanísticos causados no Rio de Janeiro, no recorte do governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), no qual se compreenderá que o inchaço demográfico no Distrito Federal, desencadeou uma série de processos insalubres. Assim, veremos que o famoso “bota abaixo” acarretou num processo de segregação social da população negra carioca principalmente, causando a migração dos ex-escravos para as periferias e a subida dos morros, acarretando na favelização. Assim, podemos identificar que a reforma empreendida pelo governo municipal trouxe a cidade do Rio de Janeiro a padrões salubres aceitáveis e necessários, porém a um preço injusto: a segregação socioespacial. Dessa forma, a dinâmica das favelas é oriunda desta reforma cujo cerne era uma proposta de pseudo processo “civilizatório” acarretando impactos perceptíveis até os dias atuais. Assim, podemos analisar que o preço pago pelo plano urbanístico idealizado pelo “Hausmann tropical” – o prefeito Pereira Passos, a fim de recriar uma Paris, no coração da recém-capital da 1ª República do Brasil, foi efetuado apenas pela população mais pobre e negra, na qual não houve o cuidado de reintegrá-los à sociedade e/ou lhes garantir direitos.

Palavras-chave: Favelização; Rio de Janeiro; Pereira Passos;

The carioca urbanization process in the 1st Republic of Brazil in the twentieth century: an analysis of the social segregation process

ABSTRACT: The present study aims to analyze the urban impacts caused in Rio de Janeiro, in the cut of the government of the mayor Pereira Passos (1902-1906), in which it will be understood that the demographic swelling in the Federal District, triggered a series of unhealthy processes. Thus, we will see that the famous "boot down" led to a process of social segregation of the black population, mainly, in Rio, causing the migration of the former slaves to the peripheries and the rise of the hills, causing the “favelização”. Thus, we can identify that the reform undertaken by the municipal government brought to the city of Rio de Janeiro an acceptable and necessary health standards, but at an unfair price: the socio-spatial segregation. In this way, the dynamics of favelas comes from this reform whose core was a proposal of pseudo "civilizing" process bringing impacts perceptible until the present day. Thus, we can analyze that the price paid by the urban plan designed by the "tropical Hausmann" - the mayor Pereira Passos, in order to recreate a Paris, in the heart of the newly capital of the 1st Republic of Brazil, was done only by the poorest and black population, in which there was no care to reintegrate them into society and / or guarantee them rights.

Keywords: Favelização; Rio de Janeiro; Pereira Passos;

1 INTRODUÇÃO

No alvorecer do século XX, surgia no horizonte uma forma de pensar que ainda conservava traços dos antigos costumes imperiais. O recém-golpe da República dado pelos militares em 15 de novembro de 1889 deu a mentalidade social uma visão de como as elites regeriam os interesses do Brasil: excluindo as camadas mais baixas, tendo somente interesse pelas questões que envolviam os mais ricos. Qual a mudança então do regime recém-nascido para o tão criticado regime monarquista existente no século XIX, tão criticado por aqueles que agora governavam?

Nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro, capital dos Estados Unidos do Brasil, mostrou-se sob uma égide interessante: o então presidente da República, Rodrigues Alves, volta-se para os ensejos políticos desta cidade e toma para si um único sentido: a transformação do espaço em algo aceitável aos padrões urbanos europeus da época. Para isso, o prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1902-1906), articulou uma reforma de cunho urbanística realizada na capital federal, cujo seus objetivos visavam: a uma nova rede viária, melhoria nas condições de salubridade pública e um embelezamento urbano, no qual introduziria o Rio de Janeiro aos padrões da *Belle Époque*¹.

O Rio de Janeiro havia sofrido um inchaço demográfico causado pelo apogeu cafeeiro do século XIX e por ter sido fortemente difundido pelo Vale do Paraíba, dando a esta região uma dupla importância: a pro-

ximidade com o eixo econômico da época e por ser a capital do país, o Distrito Federal.

Em 13 de maio de 1888, ainda durante o Império do Brasil, S.A. I a princesa Isabel, assina a Lei 3353/88, conhecida por Lei Áurea, que decretava a libertação de todos os cativos, findando assim a escravidão em terras brasileiras. Aqui, apresentam-se alguns desafios: o Império não indenizou os proprietários desses escravos recém-libertos, bem como não teve tempo de realizar o processo de integração do ex-cativo à sociedade, visto que, a República golpeou o regime político monárquico existente a época.

Dessa forma, o Rio de Janeiro se tornou uma região abundante de ex-escravos negros, trabalhadores imigrantes, vendedores ambulantes, etc. que se amontoavam em habitações precárias na cidade, as quais Aluizio de Azevedo, de forma literária do período realista brasileiro, descreveu em sua obra intitulada “O Cortiço”.

O projeto urbanístico de Pereira Passos possuía sim bons objetivos, exceto pelo fato socio-segregador que estava implícito em seus ideais, no qual trata de uma “limpeza” étnica e racial, que estava subjetivo por detrás de ideais reformadores, tendo assim, o fim dos cortiços e empurrando a população mais pobre, principalmente os negros, para os morros e áreas mais afastadas e menos nobres. Dessa forma, a especulação imobiliária assume o lugar de contribuir para que a classe social economicamente mais baixa não ocupasse áreas agora destinadas daqueles que “mereciam” desfrutar de tal processo urbanístico.

2 A TRANSIÇÃO DE SÉCULOS (XIX-XX)

O final do século XIX foi marcado por um

¹ Expressão francesa usada que significava Bela Époque que se iniciou aproximadamente em 1871 e durou até 1914, eclosão da Primeira Guerra Mundial, tendo a característica de aflorar ambiente artístico e intelectual.

processo que reformulou o sistema populacional brasileiro: a abolição da escravatura. A partir de 1850, com a proibição e fiscalização efetiva do tráfico negreiro – Lei Eusébio de Queiroz – reativou-se um antigo projeto, ainda do Brasil Colonial, de D. João VI, que era a imigração europeia portuguesa e não portuguesa. Podemos afirmar que a consolidação do Estado Nacional Brasileiro e a política de incentivo ao imigrante foram fatores que contribuíram com a agricultura brasileira, e assim, conseqüentemente implicou no processo de urbanização no Rio de Janeiro. Não podemos falar do processo de urbanização ocorrida nos primeiros anos do século XX, sem mencionar o café – principal produto brasileiro por cerca de quase 100 anos – e da mobilidade populacional acarretada pelo processo abolicionista. A atividade cafeeira consolidou-se como principal atividade nacional, enraizou-se na região sudeste, concretizando novamente esta região como o eixo econômico brasileiro.

Dessa forma, temos plena consciência de que a população está atrelada à economia, na qual mobilidade demográfica está voltada para o eixo econômico do país, como foi na época da mineração, da cana-de-açúcar, do látex, sendo a migração populacional direcionada para essas regiões mais perceptíveis e as mudanças urbanísticas foram latentes para a época. Todavia, nenhum deles teve mais destaque como o café e as mudanças ocorridas na região de seu desenvolvimento.

Com o fim do tráfico negreiro e o avanço das leis abolicionistas, vemos o aumento do imigrante na região sudeste, afinal, em razão da Revolução Industrial criou-se na Europa um excedente populacional agrícola que migrou para o Brasil a fim de suprir a

carência escrava. Além disso, elaborou-se um novo tráfico de escravos, um tráfico “adaptado”, cujo foi denominado por tráfico interprovincial, no qual os engenhos de açúcar em decadência no Nordeste passaram a comercializar os cativos com os cafeicultores do Sudeste (SILVA; SOUSA, 2016). Dessa forma, veremos como a população no Rio de Janeiro, sofreu um chamado inchaço demográfico. Em 1872, data do 1º Recenseamento do Império do Brazil², o Rio de Janeiro, capital do Império, possuía cerca de 274.972 habitantes, totalizando a província cerca de 1.057.696 e, em 1890, quando foi realizado o 1º Censo da República dos Estados Unidos do Brasil, o Distrito Federal possuía cerca de 522.651, totalizando o Estado do Rio de Janeiro 1.399.535 habitantes (SILVA; SOUSA, 2016). Importando-nos ressaltar que, ao findar o século XIX, cerca de 70.000 ex-escravos, sendo destes aproximadamente 22 mil na corte, e uma capital não tão bela e nem de perto correspondente aos padrões europeus.

3 RIO DE JANEIRO – UM PANORAMA GERAL

Ao observar-se o Rio de Janeiro ao final do século XIX e início do século XX, seria latente a percepção que estaria este longe de ser uma capital federal nos moldes “aceitáveis”, possuindo comumente o apelido de “Capital da Morte”. O aspecto urbano do Distrito Federal se mostrava ultrapassado, ou como alguns diziam: “estava envolvida em uma atmosfera das antigas e ultrapassadas cidades portuguesas” (GOMES, 2014).

O Rio de Janeiro sofria com surtos epidêmicos de doenças por falta de salubridade

² Adota-se a nomenclatura original do documento.

de e planejamento, a cidade possuía abundância de ruelas profundas, mal pavimentadas, sem mencionar a precariedade de iluminação pública. A capital carioca era o berço de um apanhado de doenças contagiosas “A falta de planejamento urbano e de infraestrutura sanitária fizeram com que o Rio se tornasse foco de uma variedade de doenças como a febre amarela, varíola, sarampo, disenteria, difteria, tuberculose e até mesmo a peste bubônica”. (SUPPIA; SCARABELLO, 2014).

O centro antigo do Rio de Janeiro era um espaço bastante distinto, coexistia uma gama de pessoas de diferentes classes sociais, que desempenhavam diferentes papéis sociais e econômicos: cavalheiros e damas da elite, biscateiros, vendedores de carnes e vísceras, brancos, negros e mulatos, homens, mulheres e crianças, ex-cativos, imigrantes e sempre livres.

O Rio de Janeiro do começo do século, com menos de 600 mil habitantes, já não lembra mais, em 1901, a “Cafraria Lusitana” dos primeiros decênios da centúria anterior. Quando muito lembrará certas cidades do setentrão africano, as da orla do Mediterrâneo: Tânger, Alexandria ou Oran, com sua população descalça e mal vestida, as suas toscas lojas de comércio, de toldozinho esgarçado à frente e o homem de feição árabe, roliço e porco, ao fundo, vendendo mercadorias; com seus burricos pejados de hortaliça ou fruta cruzando o logradouro público, e levados pela rédea do nativo (EDMUNDO, 1938 apud BENCHIMOL, 1992 p.204).

Porém, as oportunidades de trabalho para os negros estreitaram-se com a abolição e a imigração. De acordo com dados de 1890, podemos observar que cerca de mais da metade dos 89 mil estrangeiros que se encontravam de forma ativa, durante este

período, trabalhavam no comércio, manufatura e atividades artísticas. Enquanto que, 48% dos os negros ativos trabalhavam no serviço doméstico, 17% na indústria e 16% não tinham profissão alguma³.

4 A REFORMA PEREIRA PASSOS

Quando Rodrigues Alves assumiu a presidência da República, Pereira Passos foi incumbido da “missão” de construir o mais notável centro de atração nesta parte do mundo⁴. Dessa forma, Passos, renomado engenheiro, realizou uma das maiores e notórias reformas urbanísticas de todos os tempos. Sua inspiração, como dito anteriormente, eraremodelar o Rio de Janeiro sob a cidade francesa de Paris, emoldurado pelo Barão Eugène Haussmann entre 1853 e 1870.

Devemos compactuar com as ideias de Santos e Motta (2003) quanto a afirmar que a reforma urbana de Passos compreendia a mudanças radicais na malha urbana, realizada pelas obras públicas, fato este que não corresponde à mesma assimilação de reforma urbana na atualidade, afinal no início do século XX, o que Passos realizou foi uma verdadeira cirurgia urbana no Rio de Janeiro.

A insalubridade carioca estava relacionada ao precário calçamento, a falta de distribuição de água e coleta de esgoto, estando os cortiços⁵ constantemente em discursos de sanitaristas como foco do problema. De

³ Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, realizado em 1890.

⁴ Discurso de Posse de Rodrigues Alves em 15 de novembro de 1902.

⁵ Famosas habitações populares em crescimento no Rio de Janeiro desde o processo de imigração na segunda metade do século XIX.

certa forma, a classe dominante e também os higienistas, atribuíam a estas habitações a culpa, se assim podemos dizer, da insalubridade urbana, tomando a população pobre, em classe mais específica, os negros, como proliferadores de tais doenças, assim como nos mostra Santos e Silva,.

Os higienistas e a classe dominante ‘culpava’ a população pobre em especial os indivíduos negros, seus bairros (cortiços) e moradias pela proliferação de doenças, que (segundo eles) impediam a chegada de indivíduos de outros países, prejudicando a imigração de europeus, além de manchar a imagem do Brasil como nação. (SILVA & SANTOS, 2012, p. 4)

Como também nos mostra Maurício Abreu (2012)

Os cortiços eram alvos de constantes denúncias que o apontavam como o epicentro mais comum das epidemias de cólera, e também eram foco das agitações populares, em vista de serem residências de um número elevado de trabalhadores, (...), que viviam no limiar da subsistência (ABREU, 2012, p. 212).

Dessa forma, tem-se início no Rio de Janeiro o então conhecido “bota abaixo”, ou seja, a derrubada dos cortiços, que consistiam na abertura de vias e estradas largas, mas acima de tudo, a abertura para um novo Rio de Janeiro. Tendo por base que a partir do alargamento das ruas haveria de aumentar a circulação de pessoas e mercadorias, além de realizar uma limpeza no espaço urbano de habitações indesejadas e insalubres, que poluíam a paisagem, abrindo espaço para grandes instituições e construções de negócios. (ARAUJO, 2017).

Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro foi invadida por operários de todas as partes juntamente com empreiteiros possuíam

um único objetivo: apagar as marcas do passado e fazer florescer uma nova cidade. Segundo Gomes (2014), o centro da cidade foi reconstruído de maneira que rompia com características de cidade colonial e emergia novos traçados compatíveis com a utilização de trens e bondes, já que estes substituíam carruagens e animais.

5 A SUBIDA DOS MORROS PELA POPULAÇÃO NEGRA

O fomento pela vinda do imigrante branco tinha o objetivo de trazer ao Brasil um nível de branqueamento social esperado, visto que com a Abolição em 1888, a população negra se tornou latente, ao ponto que o imigrante era visto como um europeu de fato, aquele dotado de civismo e com intento de trabalho intrínseco em suas raízes culturais, e que substituiria o negro escravo, o que para as elites brancas tais características não eram estendidas aos negros africanos. Podemos relacionar que a subida dos morros pela população negra, aqueles que eram os mais oprimidos (NEDER, 1997), se deu pelo fato de que esta população sem a integração ao mercado de trabalho ficara à margem da sociedade, sendo empurrado então, morro acima, sendo tais, um risco à ordem pública.

Todas as reformas urbanas do final deste período tiveram como resultado “empurrar os trabalhadores pobres de origem africana para os morros da periferia do centro da cidade”. A origem africana destes trabalhadores não podia ser ignorada e, com isso, aumentava a percepção do senso comum que estes, os negros, eram a grande e concreta “ameaça” à ordem política e social vigente, tal ameaça era corroborada tanto pelo fato de que, historicamente, eram os mais oprimidos, quanto por deterem uma perspectiva de mundo di-

versa da eurocêntrica, cuja matriz reflexiva consiste em excluir o diferente. (NEDER, 1997, p. 109)

Se o processo urbanístico de Passos servia para reestruturar a cidade com prédios e moradias aceitáveis, esbarrou-se em um sério problema: a população mais pobre, e para o Prefeito não foi problema algum resolve-lo. O problema maior está em que tal processo gerou uma consequência gravíssima: o processo de favelização e segregação sócio-espacial.

Tida até hoje por muitos como uma iniciativa de modernização excludente, a Reforma Pereira Passos também costuma ser apontada como responsável pelo surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro, uma vez que a população trabalhadora mais pobre [caracterizada pelos negros ex-cativos] expulsa de suas casas no centro foi relativamente próxima ao trabalho. (SUPPIA & SCARABELLO, 2014).

Os antigos cortiços cederam espaço à visão modernista de Pereira Passos acarretando, literalmente, a expulsão e empurrando a população negra e pobre para áreas menos valorizadas, como Neder (1997) nos mostra, a favela foi destino daqueles tidos como pobres e excluídos da sociedade carioca.

O prefeito Pereira Passos, imbuído de espírito modernizador, passou a demolir quarteirões inteiros de cortiços, desalojando os moradores para áreas periféricas da cidade ou “empurrando” para os morros centrais aqueles que necessitavam continuar morando na área central da cidade. Passos teria transformado definitivamente a Favela na moradia dos pobres e excluídos da cidade (NEDER, 1997, p. 109-110).

Podemos compreender que nem somente às demolições empreendidas por Passos foram responsáveis isoladamente para a exclusão da população pobre, mais precisamente dos negros. Veremos que a demolição somada a tantas outras medidas como: especulação do solo, proibição de certas profissões ou práticas econômicas – ligadas à subsistência dos trabalhadores, agiam como um potente ato segregadora, solucionando o problema da população pobre e negra que vivia no centro da cidade, ocasionando a ocupação dessa população empobrecida de espaços segregados, excluindo-os da dinâmica urbanística e demográfica da capital federal no nascente século XX.

O homem empobrecido no Rio de Janeiro sempre foi segregado do direito de morar em determinados espaços da cidade, especialmente naqueles ditos nobres. No final do século XIX e início do século XX, houve o desmonte dos cortiços que ao tentar afastar os empobrecidos dos espaços nobres acabou potencializando a expansão de um novo tipo de agrupamento habitacional que vinha surgindo – as favelas, que passaram, também, a ser “perseguidas”, devido a razões mais variadas, durante todo o século XX (SOUSA, 2003, p. 48).

A dinâmica espacial compreendida da população negra excluída pelo processo “civilizatório” de Passos se mostra da forma que sempre tiveram suas moradias voltadas para o “resto”, ao ponto que os casarões antigos ocupados no centro eram apenas abandonados pela elite que migrou para a emergente região nobre carioca, a Zona Sul, modelando-a a seu bel prazer.

Grande parte dessa população preta e parda habitava os velhos casarões do Centro, aqui também recém-abandonados como moradia

da classe dominante, que começara sua peregrinação em direção à privacidade e exclusividade da Zona Sul. Além de local predominante de moradia, era o Centro fonte de sobrevivência para ambulantes, quituteiras, pedintes, prostitutas, vendedoras etc. Era no Campo de Santana (hoje Praça da República) e nos pátios e avenidas dos cortiços, que se transformavam em terreiros de samba, jongo ou macumba, que o território negro do Rio de Janeiro se estruturava na virada do século. (ROLNIK, 1989, p. 8).

As antigas casas populares e prédios coloniais cederam abertura para vias e modernos prédios (FERREIRA, 2009). Esse processo de segregação se fez como consequência social em relação ao progresso, ao capitalismo e à modernidade.

Acima de qualquer coisa, nosso pensamento compactua com o de Albergaria (2010), o qual afirma que “A reforma Pereira Passos organizou a cidade do ponto de vista de uma organização de classes, dividindo os espaços de acordo com os critérios e classes” (ALBERGARIA, 2010), pois enquanto presenciávamos o projeto urbanístico no centro da capital brasileira e víamos um crescimento vertical – prédios, nos subúrbios e morros da zona norte e sul assistiam o crescimento horizontal, em moradias quase multifamiliares, marcada pela população negra.

A reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos demoliu os cortiços e abriu largas avenidas. Ficou conhecida como “bota abaixo”. Sob a égide do discurso higienista, desalojou do centro da cidade os antigos moradores dos cortiços, que migraram em duas direções: para a periferia e para os morros (ALBERGARIA, 2010).

Tendo a população negra sido expulsa do Centro, restou-lhes subir e ocupar os morros,

numa face de produção das favelas, e expandir-se para os subúrbios, seguindo os caminhos das linhas de trem. Sendo neste tempo que o chamado território negro (ROLNIK, 1989) é deslocado para o Campo de Santana e para a Praça Onze. Tendo assim, após o surgimento de morros que hoje possuem uma singularidade cultural e uma herança para aqueles que habitam e para toda a população em geral, como o Morro da Mangueira (então Morro do Telégrafo).

Assim, da mesma forma como a elite carioca migrou seu eixo de ocupação para áreas nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro, a população negra deixou o centro, claro que obrigada – isso difere seu processo de ocupação, criando assim laços culturais e sentimentais aos subúrbios e morros, gerando àquele lugar um misto de pertença e luta, dando aos subúrbios e morros um sentimento de território negro, na qual os antigos casarões no centro do Rio – os cortiços, cedem lugar aos morros, território mais negro da cidade do Rio de Janeiro.

O processo de segregação social do prefeito Pereira Passos está subentendido, o que nos obriga a discordar do pensamento de Azevedo (2003), pois a uma simples análise do Decreto 39 de 10 de dezembro de 1903, o então prefeito proibia os cortiços e cachoeiras na região central, dificultando que habitações populares ocupassem a região central, contribuindo claramente para este processo social, visto que, em momento algum se preocupou com a moradia popular, só interessando a retirada destes da linha de visão central.

Existem aqueles, que como Azevedo (2003) defendem que Pereira Passos não realizou uma reforma que gerou problemas segregacionais e sim que seu plano correspondia a um projeto de inclusão social con-

servador, tendo Paris como exemplo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questiona-se até os dias atuais que a abolição da escravatura, realizada pelo Império, de nada contribuiu para a integração do negro ex-cativo à sociedade, todavia, o processo de integração sequer obteve tempo de ser posto em prática, afinal, cerca de 18 meses após a assinatura da Lei Áurea, o golpe republicano se fez presente e tomou o poder. Assim sendo, deve-se compreender que a recém-nascida República Brasileira foi responsável por manter os padrões elitizados da época do século XIX, que afinal, pelos antigos barões do café, a escravidão jamais chegaria ao fim, um dos motivos que os levaram a apoiar o golpe da República.

É indiscutível que a reforma do prefeito e engenheiro Francisco Pereira Passos foi primordial para o Rio de Janeiro, por mais que tenha se ocupado mais em transformar a cidade em uma “Paris nos Trópicos”, a reforma garantiu à capital federal padrões sanitários mais que aceitáveis; garantiu padrões que eram necessários. O problema estava no discurso sanitarista e civilizatório: as moradias populares – os famosos cortiços – eram um dos maiores agravantes e, para trazer a cidade a um modelo salubre, a demolição se fez necessária, a sua visão. Pereira Passos governou de 1902 até 1906, retirando do Rio de Janeiro o apelido de “Capital da Morte” e introduzindo-a no contexto de uma nascente “Cidade Maravilhosa”, todavia, à custa de um processo de segregação social tremendo, sentido até os dias atuais.

É impossível não conseguir compreender que a luta pela apropriação do solo urbano

carioca, foi propulsor da consolidação das favelas como os espaços mais caracterizadamente negros da cidade, no qual estes espaços possuíam uma mistura singular, passada pela África, senzala e pelo deslocamento e marginalização exercidos pela República, principalmente. Os subúrbios foram vistos como lugares fora da questão urbana, até mesmo como um local infeliz, tratado por diversos autores literários da época como Aluísio de Azevedo e Lima Barreto.

Excluídos da dinâmica espacial carioca do início do século XX, a população negra retirou-se para áreas antes fora de cogitação de habitação, os morros e subúrbios. Afastados da zona nobre e central, proibidos de exercerem suas profissões “subalternas”, criaram nestes morros um verdadeiro território negro, livre do pseudo civismo branco e elitizador. As favelas tornaram-se um símbolo da crítica contra a reforma urbana, um marco daqueles que foram excluídos da nova urbe, tratando este fato com uma força quase sobre-humana, tendo as heranças escravistas em suas costas e a força de construir uma nova realidade buscando reduzir as diferenças existentes entre as partes que habitavam a cidade carioca.

Enfim, podemos afirmar que o processo de favelização do Rio de Janeiro é fruto de uma reforma desplanejada, cujo único objetivo era responder a padrões e, acima de tudo, corresponder a uma camada elitizada, cujo embelezamento da cidade era mais primordial do que um planejamento habitacional daqueles que foram obrigados a retirar-se. A segregação originada nesta reforma perdura até os dias atuais, o Rio de Janeiro manteve a especulação do solo originada pela reestruturação de Passos, tendo o limite tênue entre as favelas e as zonas

mais valorizadas.

As favelas hoje representam um sinal de luta, de cultura e de labuta, sendo hoje reconhecido como herança cultural e agente modificador da dinâmica socioespacial e política, bem como as favelas representam a força da população negra, que mesmo expulsa da visão, não se ateve ou se amedrontou do processo pseudo-civilizatório. As favelas surgem no Rio de Janeiro mais do que um complexo da desigualdade, apresentam-se como um resultado de exclusão social causado pela reforma de Pereira Passos, na qual a favela é território do pobre e excluído.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, maio-ago. 2003.

ALBERGARIA, D. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas no Rio. **Revista Com Ciência**, Campinas, Labjor Unicamp, ed.118. mai 2010.

ARAUJO, V. J. **Planejamento Territorial**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

AZEVEDO, A. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. 2003. 327 f.. Tese (Doutorado em História) – Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão e Editoração, 1992.

FERREIRA, Á. Favelas no Rio de Janeiro: nas-

cimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. Vol. XIV nº 828, 25 de junho de 2009.

GOMES, A. L.. **A Reforma Urbana do Prefeito Pereira Passos – Rio de Janeiro**. Projeto de ensino apresentado à Universidade Norte do Paraná para obtenção do curso de graduação. 2014

NEDER, G. Cidade, Identidade e Exclusão Social. **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997.

ROLNIK, R. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos** 17 – CEEA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

SANTOS, A. M. S. P.; MOTTA, M. S. da. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, maio-ago. 2003.

SILVA, T. D.; SANTOS, M. R.; A abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na primeira república brasileira. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SILVA, M. P.; SOUSA, V. P. As abordagens demográficas na consolidação do processo abolicionista. **XX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba**, São José do Campos – SP, 2016.

SUPPIA, A.; SCARABELLO, M. **As reformas do Rio de Janeiro no início do século XX**: Cidade é transformada para responder aos apelos do mundo que se moderniza. 07/05/2014. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/as-reformas-do-rio-de-janeiro-no-in>

icio-do-se-culo-xx#.WYknxxXyviU>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SOUSA, J. N. A exclusão pela urbanização favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro. **GEOgrapiia** -Ano V – n. 10 – 2003.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 08 de agosto de 2017.

Avaliado em 15 de dezembro de 2017.

Aceito em 16 de janeiro de 2018.

Publicado em 25 de maio de 2018.

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Marcelo Penna da. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2018.